

Professor Rubem Barboza Filho

Esta disciplina deseja oferecer uma reflexão – bastante autoral, como poderão perceber – sobre os 200 anos de história do Brasil independente. Para isto, não posso deixar de examinar os séculos anteriores à autonomia política. O objetivo é o de apresentar e testar uma série de hipóteses sobre a nossa vida brasileira diferente daquelas usuais em nossas Ciências Sociais. Não se trata aqui de jogar na lata de lixo da história o esforço reflexivo feito no Brasil sobre ele próprio. Mas de tentar ir além dos limites teóricos que hoje podemos perceber como paralisantes e abrir um horizonte de experimentação teórico e prático mais amplo e produtivo do que hoje existe.

Fundamentalmente, a tentativa é a de trazer para uma Teoria Social os ganhos da virada linguística do século passado, de tal modo que sejamos capazes de entender a emergência da modernidade ocidental e de sua expansão por todo o mundo como um fenômeno histórico e global que não pode ser desenhado apenas pelos termos do próprio Ocidente. Isso implica em estabelecer os limites das várias teorias da modernização nascidas na Europa e nos Estados Unidos, e presentes em nossa imaginação sociológica dominante, para explorar as dinâmicas específicas de mudança provocadas tanto pela presença do “fato universal” da modernidade ocidental quanto pelas respostas e caminhos construídos pelas sociedades fora do norte do Ocidente nos últimos séculos.

Este esforço teórico e prático torna-se ainda mais necessário no momento em que o próprio Ocidente parece reeditar uma “crise de consciência” semelhante àquela enfrentada pela Europa nos séculos XVI e XVII, ao tomar conhecimento de mundos distantes e marcados por concepções diversas de “civilização” e vida boa. Em outros termos, o Ocidente contemporâneo parece ter consumido as reservas normativas e utópicas próprias de suas grandes linguagens utópicas e normativas – a linguagem dos afetos, a linguagem dos interesses e a linguagem da razão, tal como sintetizadas por Hegel – e por isso mesmo inseguro quanto ao futuro e incapaz de oferecer ao mundo a “ocidentalização” como a forma por excelência de vida humana. Não se trata apenas da emergência da China, com suas características históricas próprias e sua inserção decisiva no mundo, ou mesmo do movimento insano da Rússia em relação à Ucrânia. A crise está no coração do próprio Ocidente e na ameaça às formas de vida democráticas.

Esta crise ocidental tem um impacto profundo em nossa vida brasileira. De uma forma ou de outra, desde a independência, o projeto de futuro do Brasil sempre foi a “ocidentalização” de sua sociedade. Seja apostando na inércia dos fatos ou na vontade política orientada por projetos de modernização por cima, necessariamente autoritárias. De uma ou de outra forma, o Ocidente sempre nos hipnotizou, seja no plano prático, político, econômico ou na imaginação sociológica, histórica e normativa. Em princípio, não era um programa destrambelhado ou alucinado. Não tínhamos como dele escapar. O problema é que nunca entendemos duas coisas: o Ocidente e o Brasil. Sempre entendemos o Ocidente pelo que ele dizia que era, e sempre entendemos o Brasil pelo que ele não era, ou seja, Ocidente. Tudo o que podemos fazer, hoje, é tentar entender os dois, ambos em crise.

Não vou propor, é evidente, uma solução definitiva para isto nem mesmo tentar uma teoria que retrate o real tal como foi ou é, seja no caso do Ocidente ou do Brasil. Não acredito nesta possibilidade. Minha intenção é a de explorar, sem compromissos finais, uma hipótese básica sobre o Ocidente e outra sobre o Brasil e sua relação com o Ocidente, orientado, como já disse, pelos resultados da chamada “virada linguística” do século passado. O ponto de partida é a tese de que a linguagem – ou a língua - é tudo o que o mundo é, no sentido de que nada existe fora dela ou acima dela. Ela é “forma de vida”, e não mera representação da verdade de algo no mundo, exterior a ela e supostamente objetiva. É ela que determina a nossa experiência do mundo, e longe de possuir uma estrutura fixa e atemporal, como queria Saussure, é o elemento transcendental que muda com o uso, de acordo com Wittgenstein.

Sobre o Ocidente, quero apresentar a seguinte hipótese: ao longo dos séculos XVI e XIX, o Ocidente desenvolveu três grandes linguagens políticas e normativas – ou jogos de linguagem ou espaços de razões – para a sua auto compreensão: a linguagem dos afetos, centrada na família e nas relações pessoais; a linguagem dos interesses, baseadas fundamentalmente no mercado; e a linguagem da razão, fundadas nas formas racionais-burocráticas do Estado e nas formulações científicas de controle da vida. Estes espaços de razões não são naturais ou derivados dos costumes, mas dolorosamente construídos nestes séculos e portanto “artificiais”, como invenções linguísticas a serem transformadas em formas de vida. Hegel lhes dá o significado de uma epifania do espírito. No entanto, estas linguagens históricas perderam seu poder normativo e semântico ao longo do século vinte, de tal modo que no nosso século parecem alimentar uma verdadeira torre de Babel.

Sobre o Brasil, gostaria de desenvolver a hipótese seguinte: ele não nasce, nos seus três primeiros séculos, organizado por estas linguagens artificiais, mas pela experimentação contínua de formas de entendimento e recusa entre formas de vida distintas, entre línguas ou linguagens diversas, comandadas pelo barroco apropriado da tradição ibérica e posto como forma de vida ausente uma língua comum. Aqui, e na América como um todo, o barroco herdado da Europa manifesta a sua verdadeira natureza: uma enorme operação de persuasão, de acordo com Argan. Este barroquismo apropriado pelo homem comum americano e brasileiro não investe apenas nas suas possibilidades estéticas, mas na dimensão ética, na fabricação de valores comuns e compartilhados, sempre de uma forma experimental e provisória. Na ausência de uma língua comum, de uma forma de vida compartilhada, os recursos assimilacionistas do barroco são mobilizados para a criação e a recriação contínua de modos de entendimento entre contextos simbólicos distintos. Ou seja, uma forma especial da linguagem dos afetos, que também se recria nos trópicos para permitir tanto formas de diálogo quanto de estranhamento entre indígenas, africanos, portugueses e quem mais aparecesse. Roy Wagner nos ajudará neste ponto. Em um movimento de baixo para cima, feito pelos personagens comuns existentes, fora do controle da Coroa e das ordens religiosas.

Assim, em meio à violência, à escravidão e à cobiça europeia e portuguesa, estes séculos assistiram à criação de forma de vida aberta, complexa, dinâmica e dotada de enorme potencial democrático. Esta sociedade que se formava era tudo, menos tradicional ou meramente atrasada. Um pequeno *spoiler* apenas para salientar este ponto: em 1800, o Brasil produzia a mesma riqueza dos Estados Unidos, a maior parte dela originada fora dos latifúndios escravistas. Cem anos depois, o Brasil produzia 10 vezes menos do que os Estados Unidos. Também no mesmo período, apenas 5% da população livre era constituída por não-brancos nos EUA. No Brasil, 55% da população livre era constituída por não-brancos, o maior contingente de pretos e pardos livres em toda a América (veremos isto com Jorge Caldeira). Ao final do século XVIII, esta sociedade já era capaz de produzir elites regionais em conflito com a Coroa portuguesa. Todas foram abatidas.

Este movimento da Coroa persiste após a independência do Brasil, sobretudo depois de um período inicial de negociação entre esta tradição barroca e os elementos das linguagens do interesse e da razão, trazidos da Europa. Este período se encerra com uma guerra civil – 100.000 brasileiros numa população em torno de 6 milhões de pessoas – foram mortas, e partir daí o processo de “ocidentalização” ou modernização do Brasil se

move por uma estratégia, lenta ou acelerada em alguns momentos, de destruição e apagamento desta tradição barroca criada por um sujeito: um povo em movimento. O pensamento europeu alimentava esta característica da ocidentalização, do mesmo modo que as grandes teorias da modernização do século XX, todas envolvidas pelo objetivo de fazer o país sair do “atraso” para a modernidade. Mas todo este processo de “tradução” dos termos das linguagem da modernidade – a dos afetos, a dos interesses e da razão – para o Brasil sempre sacrificou a natureza libertária e normativa destas linguagens em favor, ou da manutenção das fontes tradicionais de poder ou para a modernização “por cima” da sociedade. Com algumas exceções, todas as teorias que tentaram organizar, ou apenas explicar, esta forma de modernização se enredaram nos termos ocidentais da díade atraso-moderno, de tal modo que a modernização forçada deveria ser perseguida ou porque o povo não existia – o Brasil não tem povo, dizia Couty, um médico francês morador do Rio ao final do século XIX – ou porque a massa informe dos brasileiros espalhados por um enorme território deveria ser organizada, sempre de cima, para finalmente desfrutar da modernidade.

Repito que minha intenção não é a de jogar no lixo a reflexão que fizemos até hoje sobre a nossa vida e nosso movimento. A questão é que nem as mais argutas e generosas destas análises do processo brasileiro de modernização não foram capazes de gerar um vocabulário capaz de reorientar com autonomia a marcha destas mudanças, sempre presas aos termos da experiência europeia ou norte-americana que, de algum modo, obliterava o movimento dos “de baixo”. Com exceção da grande arte brasileira. O que a aventura literária e artística brasileira do século XX tentou realizar – sem esquecer o retrato irônico da “corte” brasileira feito por Machado de Assis no século XIX, ao flagrar a burlesca tentativa de trazer uma Europa de fraque para os trópicos escaldantes - foi um monumental esforço para compreender o português dos brasileiros comuns, para decifrar um povo com uma língua própria, com uma forma de vida sua e criada de baixo para cima, determinando uma maneira especial de compreensão do mundo. Ela abandona a perseguição de um português castiço e lusitano, e despeja ironia na linguagem pomposa, jurídica e parnasiana de nossas poucas “elites”, para capturar o povo e sua língua como protagonistas de uma imensa aventura criativa e, embora dolorosa, profundamente democrática. Nesse movimento, ela própria – e a arte brasileira de modo geral – transmuta-se em registro, expressão e, ao mesmo tempo, ampliação fecunda dessa forma de vida cravada na língua do povo. Que é América, África, Portugal e Brasil, tudo ao

mesmo tempo como língua e linguagem. Não por acaso a arte expressou, durante décadas, a autoconsciência brasileira, progressivamente substituída, à esquerda e à direita, pelas teorias sociológicas e econômicas da modernização, com o cortejo de conceitos adaptados da experiência europeia ou norte-americana.

Vou encerrar esta longa e vaga “ementa” - apresentada deste jeito pelo fato de que a série seguida de disciplinas que ofereci na pós não me deixou tempo para uma ementa clássica – reafirmando a necessidade de um novo vocabulário para compreendermos a enorme complexidade de nossa tradição original e do também doloroso processo de modernização, e também para um exercício de criatividade e autonomia agora que o próprio Ocidente já não tem a capacidade de oferecer um horizonte nítido para o Brasil. Esse é o convite. E para quem aceita-lo, seria interessante que nas “férias”, vocês pudessem ler *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, a parte final que começa com o capítulo O Homem e prossegue narrando a guerra, ou *Grande Sertão & Veredas*, de Guimarães Rosa.